



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO



Janeiro/2010

Concurso Público para provimento de cargos de
**Agente de Defensoria
Contador**

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'H01', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

00001-0001-0001

P R O V A

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, entregue ao Fiscal da sala o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto abaixo.

Administração da linguagem

Nosso grande escritor Graciliano Ramos foi, como se sabe, prefeito da cidade alagoana de Palmeira dos Índios. Sua gestão ficou marcada não exatamente por atos administrativos ou decisões políticas, mas pelo relatório que o prefeito deixou, terminado o mandato. A redação desse relatório é primorosa, pela concisão, objetividade e clareza (hoje diríamos: transparência), qualidades que vêm coerentemente combinadas com a honestidade absoluta dos dados e da autoavaliação – rigorosíssima, sem qualquer complacência – que faz o prefeito. Com toda justiça, esse relatório costuma integrar sucessivas edições da obra de Graciliano. É uma peça de estilo raro e de espírito público incomum.

Tudo isso faz pensar na relação que se costuma promover entre linguagens e ofícios. Diz-se que há o “economês”, jargão misterioso dos economistas, o “politiquês”, estilo evasivo dos políticos, o “acadêmico”, com o cheiro de mofo dos baús da velha retórica etc. etc. E há, por vezes, a linguagem processual, vazada em arcaísmos, latinismos e tecnicidades que a tornam indecifrável para um leigo. Há mesmo casos em que se pode suspeitar de estarem os litigantes praticando – data venia – um vernáculo estrito, reservado aos iniciados, espécie de senha para especialistas.

Não se trata de ir contra a necessidade do uso de conceitos específicos, de não reconhecer a vantagem de se empregar um termo técnico em vez de um termo impreciso, de abolir, em suma, o vocabulário especializado; trata-se, sim, de evitar o exagero das linguagens opacas, cifradas, que pedem “tradução” para a própria língua a que presumivelmente pertencem. O exemplo de Graciliano diz tudo: quando o propósito da comunicação é honesto, quando se quer clareza e objetividade no que se escreve, as palavras devem expor à luz, e não mascarar, a mensagem produzida. No caso desse honrado prefeito alagoano, a ética rigorosa do escritor e a ética irrepreensível do administrador eram a mesma ética, assentada sobre os princípios da honestidade e do respeito para com o outro.

(Tarcísio Viegas, inédito)

1. O autor do texto comenta o relatório do prefeito Graciliano Ramos para ilustrar a
 - (A) superioridade de uma linguagem técnica sobre a não especializada.
 - (B) necessidade de combinar clareza de propósito e objetividade na comunicação.
 - (C) possibilidade de sanar um problema de expressão pela confissão honesta.
 - (D) viabilidade de uma boa administração pública afirmada em boa retórica.
 - (E) vantagem que leva um grande escritor sobre um simples administrador.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. No 1º parágrafo, afirma-se que a administração do prefeito Graciliano Ramos foi discutível sob vários aspectos, mas seu estilo de governar revelou-se inatacável.
- II. No 2º parágrafo, uma estreita relação entre linguagens e ofícios é dada como inevitável, apesar de indesejável, pois os diferentes jargões correspondem a diferentes necessidades da língua.
- III. No 3º parágrafo, busca-se distinguir a real eficácia de uma linguagem técnica do obscurecimento de uma mensagem, provocado pelo abuso de tecnicidades.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. *Há mesmo casos em que se pode suspeitar de estarem os litigantes praticando – data venia – um vernáculo estrito (...)*

Nessa passagem do texto, o autor

- (A) vale-se de uma linguagem que em si mesma ilustra o caso que está condenando.
- (B) mostra-se plenamente eficaz na demonstração do que seja estilo conciso.
- (C) parodia a linguagem dos leigos, quando comentam a dos especialistas.
- (D) vale-se de um estilo que contradiz a prática habitual dos registros públicos.
- (E) mostra-se contundente na apreciação das vantagens da retórica.



4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
- (A) *sem qualquer complacência* (1º parágrafo) = destituído de intolerância.
- (B) *jargão misterioso* (2º parágrafo) = regionalismo infuso.
- (C) *vazada em arcaísmos* (2º parágrafo) = rompida por modismos.
- (D) *a que presumivelmente pertencem* (3º parágrafo) = que se imagina integrarem.
- (E) *assentada sobre os princípios* (3º parágrafo) = reprimida com base nos fundamentos.
-
5. Na construção *Não se trata de ir contra (...), de não reconhecer (...), de abolir* (3º parágrafo), os elementos sublinhados têm, na ordem dada, o sentido de
- (A) contrariar - desconhecer - procrastinar
- (B) ir ao encontro - ignorar - suspender
- (C) contradizer - desmerecer - extinguir
- (D) contraditar - discordar - reprimir
- (E) ir de encontro - rejeitar - suprimir
-
6. Quanto às normas de concordância verbal, a frase inteiramente correta é:
- (A) O que marcou a gestão de Graciliano Ramos não foi, propriamente, os atos administrativos, mas as qualidades de seu memorável relatório.
- (B) Não são de praxe, nos documentos oficiais, virem combinados atributos como o da concisão e o da objetividade.
- (C) Quando se pensam nas linguagens e nos ofícios, é comum considerar que devam haver entre eles marcas estilísticas de alta especialização.
- (D) Mesmo às emoções mais inflamadas de um litígio pode dar vazão a uma linguagem clara e objetivamente contundente.
- (E) Aquele a quem não importa, em nenhum momento, as virtudes da concisão e da objetividade, só resta derramar-se em mau estilo.
-
7. Há **alteração** de **voz verbal** e de **sentido** na passagem da construção
- (A) *Sua gestão ficou marcada* para ***Sua gestão restou marcada***.
- (B) *É uma peça de estilo raro* para ***Trata-se de uma obra de linguagem incomum***.
- (C) *(...) que a tornam indevassável* para ***que a fazem incompreensível***.
- (D) *(...) devem expor à luz (...) a mensagem* para ***precisam revelar (...) o comunicado***.
- (E) *O exemplo de Graciliano diz tudo* para ***tudo é dito como exemplo para Graciliano***.
-
8. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Muito leitor curioso não deixará de pesquisar o famoso relatório de que trata o texto, providência de que não se arrependerá.
- (B) Aos leitores curiosos caberão promover pesquisas para encontrar esse relatório, com o qual certamente não se deverão frustrar.
- (C) Espera-se que os leitores habituais de Graciliano invidem todos os seus esforços no sentido de ler o relatório, cujo o valor é inestimável.
- (D) É tão primoroso esse relatório que os leitores de Graciliano romancista acharão nele motivos para ainda mais orgulhar-se do mesmo.
- (E) Sendo pouco comum admirar-se um relatório de prefeito, verão os leitores de Graciliano que não se trata aqui deste caso, muito ao contrário.
-
9. A pontuação está inteiramente correta em:
- (A) Quando prefeito de Palmeira dos Índios Graciliano, nem todos o sabem, escreveu a propósito de sua gestão, um relatório que se tornou memorável.
- (B) O autor do texto, até onde se pode avaliar não investe contra a linguagem técnica se esta é produtiva, mas contra excessos que a tornam ineficaz.
- (C) Ao caracterizar várias linguagens, correspondentes a vários ofícios, o autor não deixou de se valer da ironia, essa arma habitual dos céticos.
- (D) A ética rigorosa que Graciliano revela na escritura dos romances, está também nesse relatório de prefeito muito autocrítico e enxuto.
- (E) A retórica entendida como arte do discurso, pode ser eficaz ou inútil, dependendo dos propósitos e do talento, de quem a manipula.
-
10. Está plenamente adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) O relatório para cujo o autor do texto chama a atenção está no livro **Viventes das Alagoas**.
- (B) Trata-se de um relatório de prestígio, para o qual concorreram o talento do escritor e a honestidade do homem.
- (C) Ao final do período aonde Graciliano ocupou o cargo de prefeito, compôs um primoroso relatório.
- (D) Às vezes o estilo de um simples documento, ao qual nos deparamos, torna-o absolutamente enigmático para nós.
- (E) Sempre haverá quem sinta prazer em produzir uma linguagem da qual é preciso um grande esforço para penetrar.



Atenção: As questões de números 11 a 15 referem-se ao texto abaixo.

Contribuição de um antropólogo

A maior contribuição do antropólogo Claude Lévi-Strauss (que, ainda jovem, trabalhou no Brasil, e morreu, centenário, em 2009) é de uma simplicidade fundamental, e se expressa na convicção de que não pode existir uma civilização absoluta mundial, porque a própria ideia de civilização implica a coexistência de culturas marcadas pela diversidade. O melhor da civilização é, justamente, essa “coalizão” de culturas, cada uma delas preservando a sua originalidade. Ninguém deu um golpe mais contundente no racismo do que Lévi-Strauss e poucos pensadores nos ensinaram, como ele, a ser mais humildes.

Lévi-Strauss, em suas andanças pelo mundo, foi um pensador aberto para influências de outras disciplinas, como a linguística. Foi ele também quem abriu as portas da antropologia para as ciências de ponta, como a cibernética, que era então como se chamava a informática, conectando-a com novas disciplinas como a teoria dos sistemas e a teoria da informação. Isso deu um novo perfil à antropologia, que propiciou uma nova abertura para as ciências exatas, e reuniu-a com as ciências humanas.

Em 1952, escreveu o livro **Raça e história**, a pedido da Unesco, para combater o racismo. De fato, foi um ataque feroz ao etnocentrismo, materializado num texto onde se formulavam de modo claro e inteligível teses que excediam a mera discussão acadêmica e se apoiavam em fatos. Comenta o antropólogo brasileiro Viveiros de Castro, do Museu Nacional: “Ele traz para diante dos olhos ocidentais a questão dos índios americanos, algo que nunca antes havia sido feito. O colonialismo não mais podia sair nas ruas como costumava fazer. Foi um crítico demolidor da arrogância ocidental: os índios deixaram de ser relíquias do passado, deixaram de ser alegorias, tornando-se nossos contemporâneos. Isso vale mais do que qualquer análise.”

Reconhecer a existência do outro, a identidade do outro, a cultura do outro – eis a perspectiva generosa que Lévi-Strauss abriu e consolidou, para que nos víssemos a todos como variações de uma mesma humanidade essencial.

(Adaptado de Carlos Haag, **Pesquisa Fapesp**, dezembro 2009)

11. Depreende-se da leitura do texto que um legado essencial do pensamento de Lévi-Strauss é

- (A) o reconhecimento das diferenças culturais como condição mesma para se compreender o que se considera civilização.
- (B) a noção de que todas as culturas são autênticas, porque se legitimam reciprocamente a partir de seus princípios.
- (C) a condenação do colonialismo, uma vez que a antropologia interpreta as sociedades tomando por base os povos primitivos.
- (D) a especialização da antropologia, que passou a se dedicar ao estudo de povos extintos e a reabilitar seus valores.
- (E) a abertura das ciências humanas para a cibernética, o que foi decisivo para o advento e o desenvolvimento da informática.

12. Atente para as seguintes afirmações:

- I. A originalidade de cada cultura, segundo Lévi-Strauss, está condicionada pelo modo como cada uma venha a integrar o sistema maior da civilização.
- II. A abertura para as ciências de ponta, promovida por Lévi-Strauss, permitiu que a antropologia se beneficiasse de um novo perfil e se articulasse com novas disciplinas.
- III. Com o livro **Raça e história**, a pedido da Unesco, Lévi-Strauss buscou fomentar as reflexões acadêmicas e introduzir novos conceitos, a partir de novas teorias.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

13. Pode-se, no contexto, substituir a expressão

- (A) (...) *implica a coexistência* (1º parágrafo) por **favorece a simultaneidade**.
- (B) (...) *deu um novo perfil* (2º parágrafo) por **atribuiu nova modalidade**.
- (C) (...) *não mais podia sair nas ruas* (3º parágrafo) por **já não se expunha**.
- (D) (...) *crítico demolidor da arrogância* (3º parágrafo) por **feroz renitente**.
- (E) (...) *abriu e consolidou* (4º parágrafo) por **expôs e investiu**.

14. Em relação aos índios americanos, a contribuição de Lévi-Strauss foi, conforme se afirma no 4º parágrafo,

- (A) torná-los atraentes, como tema de estudo, para todos os antropólogos.
- (B) reconhecê-los não apenas como seres exóticos, mas como criadores.
- (C) torná-los capazes de reivindicar direitos a que já tinham renunciado.
- (D) reconhecê-los como detentores de valores preciosos de outras épocas.
- (E) reconhecê-los como sujeitos outros que convivem em nosso tempo.

15. Foi um crítico demolidor da arrogância ocidental: os índios deixaram de ser relíquias do passado.

O sinal de **dois-pontos** da frase acima pode ser substituído, sem prejuízo para a correção e o sentido, por

- (A) entretanto.
- (B) a fim de que.
- (C) não obstante.
- (D) em razão do que.
- (E) mesmo porque.



16. Os títulos das colunas, na primeira linha de uma planilha eletrônica Excel 2003, para serem congelados na tela deve-se selecionar
- (A) a primeira célula da primeira linha, apenas.
 (B) a primeira célula da segunda linha, apenas.
 (C) a primeira célula da primeira linha ou a primeira linha.
 (D) a primeira célula da segunda linha ou a segunda linha.
 (E) somente as células com conteúdos de título, apenas.
-
17. A formatação de um parágrafo que deve terminar avançando até 1 cm dentro da margem direita de um documento Word 2003 exige a especificação
- (A) do Deslocamento em -1 cm (menos 1) a partir da margem direita.
 (B) do Deslocamento em +1 cm (mais 1) a partir da margem direita.
 (C) do Deslocamento em +1 cm (mais 1) a partir da margem esquerda.
 (D) da medida +1 cm (mais 1) no recuo Direito.
 (E) da medida -1 cm (menos 1) no recuo Direito.
-
18. Os cartões de memória, *pendrives*, memórias de câmeras e de *smartphones*, em geral, utilizam para armazenar dados uma memória do tipo
- (A) FLASH.
 (B) RAM.
 (C) ROM.
 (D) SRAM.
 (E) STICK.
-
19. Contêm apenas dispositivos de conexão com a Internet que não possuem mecanismos físicos de proteção, deixando vulnerável o computador que possui a conexão, caso o compartilhamento esteja habilitado:
- (A) hub, roteador e switch.
 (B) hub, roteador e cabo cross-over.
 (C) hub, switch e cabo cross-over.
 (D) roteador, switch e cabo cross-over.
 (E) roteador e switch.
-
20. Um programa completamente gratuito que permite visualizar e interagir com o *desktop* de um computador em qualquer parte do mundo denomina-se
- (A) MSN.
 (B) VNC.
 (C) BROWSER.
 (D) BOOT.
 (E) CHAT.
-
21. O artigo 2º, da Constituição Federal, ao enunciar que “são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”, consagra o princípio
- (A) da federação.
 (B) da soberania dos poderes.
 (C) do pluralismo político.
 (D) da separação dos poderes.
 (E) da igualdade dos poderes.
-
22. De acordo com a Constituição Federal, em relação ao direito de propriedade e a desapropriação, é correto afirmar que a desapropriação
- (A) somente poderá se dar no caso de propriedade rural que desatenda sua função social.
 (B) decorrente do descumprimento da função social dispensa o pagamento de indenização justa e prévia.
 (C) por utilidade pública somente pode ser implementada mediante justa e prévia indenização em dinheiro.
 (D) por interesse social dispensa o requisito da prévia indenização, porque se presta a fazer cumprir a função social da propriedade.
 (E) de imóvel urbano onde resida o proprietário é inconstitucional, em razão da inviolabilidade do domicílio.
-
23. O Município instaurou processo administrativo contra determinado cidadão para cobrança de multa. Recusa-se o servidor municipal a conceder vista dos autos ao cidadão, que desconhece os motivos da autuação. A atitude do servidor é
- (A) constitucional, uma vez que o Poder Público pode se recusar a prestar informações sobre processos administrativos, devendo o cidadão aguardar a fase judicial para obter vista dos autos.
 (B) constitucional, uma vez que o processo administrativo deve correr em sigilo, resguardando-se o direito de defesa do administrado na fase judicial.
 (C) inconstitucional, na medida em que o administrado pode, após a decisão administrativa final, obter vista do processo administrativo.
 (D) inconstitucional, na medida em que a concessão de vista está abrangida pelos princípios do contraditório e da ampla defesa, assegurados ao administrado no processo administrativo.
 (E) constitucional, cabendo ao administrado exercer seu direito de obtenção de certidão ao final do processo administrativo.
-
24. Em razão das fortes chuvas que assolaram determinada região do Estado, foi decretado estado de defesa pelo Presidente da República. Nos termos do que estabelece a Constituição Federal e legislação infraconstitucional pertinente, o decreto que veiculou a decisão permite
- (A) restrição a todos os direitos e garantias fundamentais estabelecidos na Constituição Federal, desde que por prazo determinado.
 (B) requisição de bens privados para disponibilização aos desabrigados, limitada a indenização a 50% do valor de mercado dos mesmos.
 (C) restrição ao direito de reunião, por prazo determinado e nas áreas especificadas.
 (D) desapropriação de bens públicos e privados para transferência aos desabrigados, mediante indenização por valor de mercado.
 (E) restrição, desde que por prazo determinado, do direito de defesa dos acusados, a fim de restabelecer a ordem pública.



25. A Lei estadual paulista nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo,
- (A) foi recepcionada pela Constituição de 1988, aplicando-se, segundo regra nela contida, exceto no que colidir com a legislação especial, dos funcionários dos três Poderes do Estado e aos do Tribunal de Contas do Estado.
 - (B) passou, no regime constitucional de 1988, a ter aplicação subsidiária, quanto aos servidores do Estado de São Paulo, em relação à Lei federal que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos civis da União.
 - (C) tornou-se inconstitucional face à Constituição Federal de 1988, posto que esta substituiu o conceito de funcionário público pelo de servidor público.
 - (D) foi recepcionada pela Constituição de 1988, aplicando-se somente aos funcionários do Poder Executivo do Estado.
 - (E) tornou-se inconstitucional face à Constituição Federal de 1988, face ao princípio da separação de Poderes.
26. De acordo com a Constituição Federal e sem prejuízo do disposto na legislação infraconstitucional pertinente, poderão ser servidores públicos os
- (A) brasileiros aprovados em concurso público, vedada, em qualquer caso, a participação de estrangeiros.
 - (B) estrangeiros aprovados em concurso público de provas ou de títulos para preenchimento de, no máximo, um terço das vagas.
 - (C) estrangeiros, desde que naturalizados, ou brasileiros aprovados em concurso de provas ou de títulos.
 - (D) brasileiros aprovados em concurso de provas ou títulos, dispensado este requisito para o preenchimento de emprego público.
 - (E) brasileiros e estrangeiros aprovados em concurso de provas ou de provas e títulos, que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
27. De acordo com a Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, EXCETO, entre outros casos, a de
- (A) três cargos de professor, quando houver compatibilidade de horário.
 - (B) um cargo de defensor público com um de professor, quando houver compatibilidade de horário.
 - (C) um cargo de defensor público com um de oficial de justiça, quando houver compatibilidade de horário.
 - (D) um cargo de oficial de justiça com um emprego de auditor fiscal.
 - (E) um cargo de defensor público com um emprego de procurador autárquico.
28. Determinado servidor público destruiu livro oficial a fim de ocultar lançamento que procedeu indevidamente. A conduta do servidor, a ser apurada e punida mediante instauração dos competentes processos pertinentes,
- (A) constitui ilícito penal, sem prejuízo de poder constituir ilícito administrativo.
 - (B) constitui, exclusivamente, ilícito administrativo.
 - (C) constitui crime de prevaricação, sem prejuízo de poder constituir ilícito administrativo.
 - (D) constituirá ilícito penal apenas se o servidor público ocupar cargo efetivo.
 - (E) constituirá crime apenas se o servidor exercer função remunerada.
29. De acordo com o que dispõe a Lei Complementar Estadual nº 988/2006, dentre as funções institucionais da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, insere-se a de
- (A) prestar a qualquer interessado orientação permanente sobre seus direitos e garantias.
 - (B) representar em juízo qualquer interessado, individual ou coletivamente, para defesa de interesse difuso, coletivo ou individual homogêneo.
 - (C) promover a tutela dos direitos individuais dos necessitados, excluídos menores e idosos, que devem ser representados pelo Ministério Público.
 - (D) promover a mediação e conciliação extrajudicial entre as partes em conflito de interesses envolvendo direitos e garantias dos necessitados.
 - (E) promover a tutela individual ou coletiva dos interesses dos necessitados, exceto no que se refere a direito do consumidor, cuja tutela é prestada pela Fundação Procon com exclusividade.
30. Determinado servidor público estadual, quando conduzia veículo oficial, provocou acidente com outro veículo ao desrespeitar a sinalização do semáforo (farol vermelho). O Estado, responsabilizado civilmente, demandou o servidor para ressarcimento do prejuízo consubstanciado nos danos que indenizou. Essa medida, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal, é
- (A) inconstitucional, pois somente o Estado responde objetivamente pelos danos causados.
 - (B) constitucional, pois ao Estado é assegurado direito de regresso em face do responsável nos casos de dolo ou culpa.
 - (C) inconstitucional, pois somente seria cabível o ressarcimento no caso de dolo do servidor.
 - (D) constitucional, desde que tenha ficado comprovado dolo do servidor.
 - (E) inconstitucional, pois o servidor teria que ter sido demandado pessoalmente pela vítima, já que provocou o acidente.
31. Determinado município decidiu por construir um templo religioso, com verbas públicas, em imóvel público, destinado à frequência dos munícipes. A conduta do município é, face à Constituição Federal,
- (A) inconstitucional, uma vez que é competência exclusiva da União a definição territorial e a construção de templos religiosos.
 - (B) constitucional, uma vez que o Município está promovendo investimentos próprios em imóvel de sua titularidade.
 - (C) constitucional, uma vez que condizente com o princípio da liberdade religiosa e de livre manifestação do pensamento.
 - (D) inconstitucional, uma vez que a decisão deveria ter sido objeto de plebiscito, a fim de observar o princípio da liberdade religiosa.
 - (E) inconstitucional, uma vez que é vedado ao Município estabelecer cultos religiosos ou igrejas, independentemente de pretender fazê-lo em imóvel de sua titularidade.



32. Em relação à possibilidade de emenda à Constituição do Estado de São Paulo, é correto afirmar que
- (A) pode ser proposta somente por dois terços da Assembleia Legislativa.
 - (B) pode ser proposta por iniciativa do Presidente da Assembleia Legislativa, nessa qualidade.
 - (C) não pode ser proposta na vigência de estado de defesa ou de estado de sítio.
 - (D) não pode ser proposta pelo Governador do Estado, salvo se aprovada a medida por plebiscito.
 - (E) pode ser proposta por qualquer eleitor.
-
33. No dia 1º de julho de 2009, o Plenário do Tribunal Superior Eleitoral aprovou, em sessão extraordinária, o calendário das eleições gerais de 2010. A respeito dessa eleição é correto afirmar que
- (A) a partir de 1º de janeiro de 2010, os partidos políticos que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos ficam obrigados a registrá-las na Justiça Eleitoral.
 - (B) serão eleitos em 2010 o novo presidente da República e o vice-presidente, governadores e respectivos vices, senadores e respectivos suplentes, deputados federais, estaduais e distritais.
 - (C) as convenções para a escolha dos candidatos serão realizadas no mês de janeiro. Os partidos devem apresentar o registro de seus candidatos na primeira semana de março de 2010.
 - (D) debates e propagandas em páginas institucionais na internet poderão ocorrer até 30 de setembro.
 - (E) em 17 de agosto, a 33 dias da eleição, começa a veiculação da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, que termina em 17 de setembro, três dias antes do primeiro turno da eleição.
-
34. A história começa na Terra: Jake Sully (Sam Worthington) é um soldado que perdeu os movimentos, mas mesmo com essa deficiência aceitou o convite para trabalhar em exploração de minas no Planeta **Pandora**. Pandora é um local exuberante e hostil. O ar é fatal para os humanos. Existem plantas e criaturas predadoras e perigosas. Os nativos são humanóides azuis com mais de três metros, os Na'vi. Essas adversidades impedem que os exércitos tradicionais tenham sucesso na proteção das minas. Um programa de clones denominado **AVATAR**, que combina o DNA de humanos e de Na'vi foi criado. O resultado é o clone de um Na'vi que pode preservar a percepção de um humano. O irmão de Jake Sully foi o doador original e controlador de um desses avatares. Mas ele foi morto e a corporação responsável pelo projeto chama Jake para ir a Pandora pilotar o tal corpo, já que ele tem o DNA que combina. Em troca, ele poderá andar novamente. Essa parte do enredo do filme AVATAR que está construído sobre o significado de dois termos essenciais para a história: Pandora e AVATAR. Esses termos referem-se, respectivamente, ao mito
- (A) romano que narra a abertura de uma caixa que guardava todas as tragédias humanas e uma virtude, a esperança, que continuou fechada e um termo que vem do sânscrito, que significa literalmente 'encarnação'.
 - (B) romano que narra a chegada da primeira mulher ao Olimpo para desposar Júpiter e dar a luz a muitos deuses e a um termo, que vem da língua persa, que significa literalmente 'dominação'.
 - (C) grego que narra a chegada da primeira mulher à Terra e, com ela, a origem de todas as tragédias humanas e a um termo, que vem da língua persa, que significa literalmente 'dominação'.
 - (D) grego que narra a chegada da primeira mulher ao Olimpo para desposar Júpiter e dar a luz a muitos deuses e a um termo que tem origem no sânscrito, que significa literalmente 'encarnação'.
 - (E) grego que narra a chegada da primeira mulher à Terra e, com ela, a origem de todas as tragédias humanas e a um termo, que vem do sânscrito, que significa literalmente 'encarnação'.
-
35. Segundo o Portal IG (18.09), o filme "*Salve Geral*", de Sérgio Rezende, vai representar o Brasil no Oscar 2010. Baseado em fatos reais, o longa-metragem retrata
- (A) os incidentes provocados pelo PCC (Primeiro Comando da Capital) em São Paulo em 2006.
 - (B) a vida de Jean Charles de Menezes (Selton Mello), assassinado no metrô de Londres por agentes do serviço secreto britânico, ao ser confundido com um terrorista.
 - (C) o problema do duplo caráter, muito explorado na literatura por Allan Poe e Dostoiévski. O protagonista, José Costa (Leonardo Medeiros) é um *ghost-writer* que se angustia por não ter vida própria.
 - (D) o poder do misticismo numa comunidade perdida nos confins da Amazônia onde a população vive em função da crença nas previsões anuais de Santinho, um beato com características profanas.
 - (E) a história de Roberto Carlos Ramos, egresso da Febem, educador e considerado um dos maiores contadores de histórias do mundo.
-
36. A 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) terminou na noite do dia 17 de dezembro de 2009, aprovando 672 propostas que podem, no futuro, virar projetos de lei ou balizar políticas públicas da área. Entre elas, está a
- (A) que estabelece que a formação superior em área de ciências humanas é "necessidade essencial ao exercício do jornalismo profissional".
 - (B) proibição de que políticos possuam mais de uma emissora de rádio e TV em todo território brasileiro.
 - (C) criação de um "Observatório Nacional de Mídia e Direitos Humanos", para monitorar "desrespeito aos direitos do cidadão nas diferentes mídias brasileiras".
 - (D) proposta que defende que os crimes de imprensa sejam julgados de acordo com os códigos civil e penal em vigência no Brasil.
 - (E) criação da Ordem dos Jornalistas do Brasil, para "qualificar" o exercício da profissão, nos moldes da OAB.



37. Em decisão inédita, a administração de Barack Obama aprovou 13 pesquisas com células-tronco embrionárias de humanos para experimentos científicos. Pesquisadores serão financiados pelo governo dos EUA, sob uma nova política designada para expandir o apoio governamental para um dos mais promissores – e controversos – campos da pesquisa biomédica.

(<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u660722.shtml>. Acesso em 10/12/2009)

Bush havia vetado a pesquisa com células-tronco embrionárias porque

- (A) sendo católico fervoroso, aceitou conselhos do então cardeal Ratzinger para vetar o projeto do Congresso Americano.
- (B) ela contraria recomendações da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948.
- (C) ela nega a I Emenda da Constituição dos Estados Unidos da América, que trata dos limites da liberdade do povo americano.
- (D) entendia que ela “ultrapassa uma fronteira moral” e “dá sustentação a que se tire a vida de um ser humano inocente na esperança de se encontrar benefício médico para outros”.
- (E) afirmou que, se não vetasse, estaria contrariando as doutrinas cristãs que atribuem a Deus o poder sobre a vida e a morte.

38. Brasil e Bolívia, em dezembro deste ano, chegaram a um acordo para aumentar a receita boliviana com a exportação de gás natural. No início das negociações, os bolivianos exigiam um reajuste de US\$ 4,20 para US\$ 5 por milhão de BTU importado pelo Brasil. Porém, esse aumento era considerado, pelos negociadores brasileiros, pouco factível e sem base técnica e econômica. Contudo, a Bolívia queria de qualquer forma aumentar a receita com a exportação de gás.

(Adaptado de <http://ueba.com.br/forum/index.php?showtopic=85030>)

A solução encontrada pelos dois países foi

- (A) reconhecer que o gás enviado pela Bolívia é rico em GLP (mistura de metano e butano), etano e gasolina natural. Essas commodities têm valor alto no mercado internacional e, agora, serão pagas em separado pela cotação internacional.
- (B) fazer um reajuste de 252% sobre o preço do gás fornecido para a Termo Cuiabá. Hoje, a termelétrica paga um preço diferenciado de apenas US\$ 1,19 por milhão de BTU de gás natural importado da Bolívia. Como o preço era considerado completamente defasado por ambas as partes, foi acertado um reajuste para US\$ 3,20 por milhão de BTU.
- (C) cumprir um acordo de consumo mínimo pagando por 30 milhões de metros cúbicos ao dia de gás, ainda que o consumo médio diário transportado pelo Gasoduto Bolívia-Brasil seja de 10 milhões.
- (D) reconhecer que, partir de janeiro de 2003, a Petrobras passou a dever à GTB pagamentos mensais de cerca de US\$ 510 mil referentes à construção e ao uso das instalações de compressão do lado boliviano do gasoduto (Contrato Adicional).
- (E) compensar as alegadas perdas bolivianas com o gás com o investimento brasileiro na construção de uma nova refinaria de petróleo e de uma rodovia de 306 quilômetros entre as cidades bolivianas de Villa Tunari e San Ignacio de Moxos.

39. De acordo com o portal G1, o edital do leilão do trem-bala vai estabelecer um prazo máximo de cinco anos para que a obra seja concluída. Portanto, não haverá tempo hábil para que o projeto esteja concluído para a Copa do Mundo de 2014, que será no Brasil. A informação é do diretor-geral da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), Bernardo Figueiredo. O edital permanecerá em audiência pública até o final de fevereiro. A intenção da ANTT é fazer o leilão em maio. Sobre esse assunto é correto dizer que

- (A) o percurso do trem-bala será São Paulo-Rio de Janeiro.
- (B) o edital vai obrigar o futuro concessionário a construir uma estação em Aparecida (SP), no Vale do Paraíba.
- (C) o preço projetado para o percurso entre São Paulo e Rio de Janeiro é de R\$ 300,00.
- (D) haverá entroncamento para Campinas (SP), mas o percurso será feito por trem comum.
- (E) o edital prevê que a empresa que vencer a licitação deverá construir os trilhos do trem-bala e fazer a manutenção durante 60 anos.

40. No dia 24 de novembro de 2009, o Correio Brasiliense informava que em breve coletiva à imprensa, o presidente Mahmud Ahmadinejad disse que os dois países procuram resolver os problemas do mundo, combater as injustiças e buscam um mundo livre de armas de destruição em massa, particularmente armas nucleares. Aproveitou para defender, diante do anfitrião, o ingresso do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Indique o trecho de matéria que tem nexos político e geográfico com a notícia acima.

- (A) *A Coreia do Norte irá "pagar um preço" se continuar com seus testes nucleares e de mísseis, violando resoluções internacionais.*
(O Estado de S. Paulo – 26/05/2009)
- (B) *A Índia, que realizou seu primeiro teste atômico em 1974 e se declarou potência nuclear em 1998, lançou um ambicioso programa em 1983 para fabricar seus próprios mísseis.*
(<http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2009/10/12>)
- (C) *Os nacionalistas balúchis também se sentem incomodados porque o exército paquistanês realizou em sua região em 1998 os testes atômicos que demonstram sua capacidade nuclear, mas tem todos os silos atômicos no Punjab.*
(<http://blog.controversia.com.br>. Acesso 15/12/2009)
- (D) *Entre todos os países que realizaram testes nucleares, apenas a África do Sul desistiu da bomba atômica.*
(www.veja.abril.com.br. Acesso em 15/12/2009)
- (E) *O governo iraniano anunciou ontem que planeja construir dez novas usinas de enriquecimento de urânio, em um claro gesto de desafio às potências ocidentais após a censura da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), na sexta-feira.*
(O Estado de S. Paulo. 30/11/2009)



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
<p>41. Uma empresa efetua a quitação antecipada, de uma fatura relativa ao fornecimento de suprimentos, no valor de R\$ 20.000,00 obtendo um desconto de 10%. No registro dessa operação a empresa</p> <p>(A) registra um débito em conta de ativo no valor de R\$ 20.000.</p> <p>(B) contabiliza um débito de R\$ 18.000 em conta do passivo.</p> <p>(C) lança o valor do desconto como despesas comerciais.</p> <p>(D) efetua um crédito de R\$ 20.000 em conta de passivo.</p> <p>(E) reconhece uma receita pelo valor do desconto obtido.</p>	<p>46. Segundo a Lei nº 4.320/1964, pertencem ao exercício financeiro</p> <p>(A) somente as despesas legalmente liquidadas.</p> <p>(B) somente as despesas pagas.</p> <p>(C) as receitas de tributos cujo fato gerador já tenha ocorrido, mesmo que não arrecadadas.</p> <p>(D) os valores não inscritos em dívida ativa do ente público, em virtude de sua cobrança estar suspensa em função de recurso ao Poder Judiciário.</p> <p>(E) as despesas legalmente empenhadas.</p>
<p>42. Com relação à demonstração dos Fluxos de Caixa, o resultado obtido com a alienação de imobilizado representa:</p> <p>(A) um acréscimo de recurso evidenciado nesta demonstração como atividade de investimento.</p> <p>(B) um ajuste de resultado se o método utilizado para elaboração dessa demonstração for o indireto.</p> <p>(C) um ingresso de recurso e por esta razão evidenciada como atividade de financiamento.</p> <p>(D) um ganho, reconhecido pelo seu valor líquido como uma atividade operacional.</p> <p>(E) uma atividade operacional se a empresa utilizar, para elaboração dessa demonstração, o método direto.</p>	<p>47. É uma receita por mutação patrimonial:</p> <p>(A) Receita proveniente da arrecadação de tributos e contribuições sociais.</p> <p>(B) Receita industrial do ente público.</p> <p>(C) Receita da alienação de bens imóveis do ente público.</p> <p>(D) Receita de dividendos distribuídos por empresas públicas.</p> <p>(E) Receita de aluguéis de imóveis de propriedade do ente público.</p>
<p>43. Na apuração de resultado utilizando o regime de caixa</p> <p>(A) são computados todos os tipos de receitas do período e as receitas antecipadas.</p> <p>(B) as despesas antecipadas são atribuídas ao resultado de acordo com o período de vigência do contrato que lhes deu origem.</p> <p>(C) são reconhecidas no resultado as depreciações e as receitas a vista.</p> <p>(D) não são reconhecidas as despesas provisionadas e o resultado de equivalência patrimonial.</p> <p>(E) será atribuído ao resultado do exercício as despesas efetivamente incorridas no período.</p>	<p>48. Constitui um exemplo de despesa extra-orçamentária:</p> <p>(A) pagamento de juros sobre a dívida pública interna.</p> <p>(B) despesas com construção de imóveis para uso do ente público.</p> <p>(C) subvenções econômicas concedidas a empresas públicas.</p> <p>(D) pagamento de restos a pagar de exercício anterior.</p> <p>(E) amortização da dívida pública interna.</p>
<p>44. No Balanço Patrimonial são itens classificados como ativo não circulante as contas de</p> <p>(A) depreciações acumuladas e aplicações financeiras de longo prazo.</p> <p>(B) duplicatas descontadas e resultados de exercícios futuros.</p> <p>(C) ajustes de avaliação patrimonial e adiantamentos de clientes.</p> <p>(D) empréstimos bancários a quitar e adiantamento de clientes.</p> <p>(E) financiamentos obtidos e Fundo de Comércio.</p>	<p>49. É um ingresso de recursos classificado como receita extra-orçamentária o recebimento de</p> <p>(A) arrecadação de foros e laudêmios.</p> <p>(B) cauções e depósitos.</p> <p>(C) juros sobre a dívida ativa do ente público.</p> <p>(D) empréstimos obtidos por antecipação de receitas.</p> <p>(E) valores relativos à alienação de bens do ativo permanente do ente público.</p>
<p>45. O registro da venda a vista de um estoque provoca</p> <p>(A) um aumento do passivo circulante.</p> <p>(B) a diminuição do patrimônio líquido.</p> <p>(C) um crédito em conta de ativo.</p> <p>(D) uma diminuição de um passivo circulante.</p> <p>(E) alteração na situação líquida da empresa.</p>	<p>50. Analise as informações abaixo, relativas ao SIAFEM, Sistema Integrado de Administração Financeira para estados e municípios.</p> <p>I. Permite o controle da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado de São Paulo, embora esse controle não seja realizado em tempo real.</p> <p>II. Foi desenvolvido pelo SERPRO para os Estados e Municípios com base na experiência bem sucedida do SIAFI no âmbito federal.</p> <p>III. Não permite a comparação de preços de produtos adquiridos por diferentes órgãos pertencentes ao Governo do Estado de São Paulo.</p> <p>IV. É um instrumento poderoso para controle da gestão e de custos, que é utilizado pelo Governo paulista em ações para reduzir seu déficit.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) II e IV.</p>



51. Em relação ao SIAFÍSICO, Sistema Integrado de Informações Físico-Financeiras, analise as afirmações abaixo.

- I. O Sistema detalha os valores empenhados, adicionando à execução orçamentária os cadastros de materiais, serviços e fornecedores, permitindo o acompanhamento das aquisições, dos contratos de serviços e seus respectivos valores.
- II. As empresas públicas e de economia mista do Estado de São Paulo são obrigadas a utilizar o SIAFÍSICO nos seus processos de licitação por determinação legal.
- III. Toda pessoa, física ou jurídica, que pretende fornecer bens, serviços ou obras para a administração direta do Estado deverá inscrever-se no Cadastro de Fornecedores do SIAFÍSICO.
- IV. A coordenação do SIAFÍSICO é feita exclusivamente pela Secretaria de Estado de Negócios da Fazenda.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
(B) I e III.
(C) II e III.
(D) II e IV.
(E) III e IV.

52. O cancelamento de dívida ativa do ente público pela Procuradoria da Fazenda respectiva recebe o seguinte lançamento no sistema patrimonial:

- (A) D Variação Passiva Independente de Execução Orçamentária
C Dívida Ativa
- (B) D Variação Ativa Independente de Execução Orçamentária
C Dívida Ativa
- (C) D Dívida Ativa
C Variação Passiva Resultante de Execução Orçamentária
- (D) D Dívida Ativa
C Variação Ativa Resultante de Execução Orçamentária
- (E) D Variação Passiva Resultante de Execução Orçamentária
C Dívida Ativa

53. Dados extraídos do balanço financeiro de um ente público encerrado em 31/12/2009:

Receita Orçamentária.....	360.000,00
Despesa Orçamentária.....	320.000,00
Saldo do Exercício anterior.....	30.000,00
Restos a pagar inscritos no exercício.....	20.000,00
Despesas extra-orçamentárias.....	60.000,00
Demais receitas extra-orçamentárias.....	40.000,00

Com base apenas nessas informações, pode-se concluir que o saldo do balanço financeiro em 31/12/2009 correspondia, em R\$, a

- (A) 40.000,00
(B) 30.000,00
(C) 50.000,00
(D) 70.000,00
(E) 20.000,00

54. Dados extraídos dos sistemas contábeis de um ente público (em R\$):

Ativo Real Líquido em 31/12/2008.....	335.000,00
Déficit patrimonial de 2009.....	123.000,00
Passivo Permanente.....	648.000,00
Ativo Permanente.....	720.000,00
Passivo Compensado.....	56.000,00

Sabendo-se que o valor do Ativo Financeiro em 31/12/2009 equivalia a 125% do Passivo Financeiro, o valor deste último em 31/12/2009 foi, em R\$, igual a

- (A) 560.000,00
(B) 504.000,00
(C) 544.000,00
(D) 616.000,00
(E) 520.000,00

55. Dados das demonstrações contábeis de um ente público relativas ao exercício encerrado em 31/12/2009 (em R\$):

Déficit orçamentário executado.....	130.000,00
Variações ativas independentes de execução orçamentária.....	180.000,00
Variações passivas independentes de execução orçamentária.....	155.000,00
Ativo Financeiro em 31/12/2009.....	389.000,00
Ativo Permanente em 31/12/2009.....	631.000,00

Com base apenas nessas informações, pode-se afirmar que o ente público nesse exercício apresentou:

- (A) Ativo Real Líquido positivo.
(B) Passivo Real a descoberto.
(C) Resultado patrimonial negativo.
(D) Passivo Permanente inferior ao Ativo Permanente.
(E) Passivo Financeiro inferior ao Ativo Financeiro.

56. Em relação aos princípios orçamentários, é correto afirmar:

- (A) o princípio da anualidade estabelece que o orçamento deve ter vigência de um ano, que não necessariamente precisa coincidir com o ano civil.
- (B) como o princípio da exclusividade estatui que a lei orçamentária anual não poderá conter dispositivo estranho à previsão de receita e fixação da despesa, a peça orçamentária não poderá conter autorização para créditos suplementares.
- (C) o fato de a lei orçamentária anual brasileira ser decomposta em três orçamentos (fiscal, da seguridade social e de investimentos) implica que ela não atende ao princípio da universalidade orçamentária previsto na Lei nº 4.320/1964 e na Constituição Federal/1988.
- (D) segundo o princípio da não afetação de receitas, é vedada a vinculação de impostos à órgão, fundo ou despesa, sendo que a Constituição Federal de 1988 fortaleceu esse princípio, ao impedir quaisquer exceções ao mesmo.
- (E) o princípio do orçamento bruto tem seu cerne no art. 6º da Lei nº 4.320/1964, que estatui que as receitas e despesas constarão da lei orçamentária pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.



57. Em relação ao Plano Plurianual, à lei de diretrizes orçamentárias e à lei orçamentária anual, é correto afirmar:
- (A) na lei orçamentária anual, em determinados casos e desde que aprovado pelo Congresso nacional, há a possibilidade de concessão ou utilização de créditos ilimitados.
- (B) as emendas propostas pelo Congresso ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.
- (C) o projeto de lei orçamentária será acompanhado de um Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- (D) o orçamento da seguridade social terá, entre suas funções, a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.
- (E) a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital são expressamente proibidas, sendo que a Constituição Federal/1988 não prevê qualquer exceção à essa regra.
-
58. Em relação à elaboração, discussão, votação e aprovação da proposta orçamentária da União, analise as afirmações abaixo.
- I. O projeto de lei orçamentária será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro.
- II. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.
- III. O projeto de lei orçamentária será examinado pelo Congresso Nacional, para apreciação, em separado, da Câmara de Deputados e do Senado Federal.
- IV. O Congresso pode apresentar emendas ao projeto de lei orçamentária que, caso aprovadas, deverão constar da peça orçamentária, cabendo ao Poder Executivo indicar os recursos para o seu financiamento.
- É correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.
-
59. Constitui um exemplo de receita de capital a decorrente de recebimento de
- (A) juros sobre valores inscritos na dívida ativa.
- (B) aluguéis de imóveis de propriedade do ente público.
- (C) recursos em virtude de operações de crédito concedidas por terceiros.
- (D) taxas, pelo exercício do poder de polícia.
- (E) contribuições de intervenção sobre o domínio econômico.
-
60. É característica das Despesas de Exercícios Anteriores
- (A) desembolsada em exercícios anteriores, mas gerada no exercício corrente.
- (B) não possuem crédito próprio com saldo suficiente para atendê-las no exercício em que forem geradas.
- (C) o credor não cumpriu sua obrigação no prazo para ele estabelecido quando do empenho da despesa.
- (D) serem despesas orçamentárias.
- (E) serem despesas cuja inscrição em restos a pagar tenha sido cancelada, por não mais vigor o direito do credor.
-
61. Suprimentos de fundos
- (A) podem ser efetuados sem que haja prévio empenho da despesa.
- (B) não podem ser concedidos a servidor que esteja respondendo a inquérito administrativo.
- (C) podem ser concedidos a servidor responsável por dois suprimentos.
- (D) não podem ter como objeto despesas de caráter sigiloso.
- (E) não podem ser concedidos através de cartões corporativos.
-
62. Restos a pagar
- (A) decorrem da adoção do princípio da competência para as despesas públicas.
- (B) liquidados são aqueles cujo empenho obedeceu todas as normas legais pertinentes, faltando apenas verificar o direito líquido e certo do credor.
- (C) significam a mesma coisa que resíduos ativos da execução orçamentária.
- (D) podem ser reinscritos no exercício subsequente ao de sua constituição.
- (E) são despesas previstas no orçamento, mas que não foram empenhadas no exercício.
-
63. Em relação aos créditos adicionais, é correto afirmar:
- (A) a abertura de créditos especiais somente é permitida para atender despesas imprevisíveis e urgentes, tais como as decorrentes de calamidade pública.
- (B) a iniciativa da criação dos créditos adicionais é do Poder Legislativo e sua aprovação depende da chancela do Poder Executivo.
- (C) os créditos especiais e suplementares podem ser abertos sem indicação da fonte dos recursos correspondentes que os financiarão.
- (D) os créditos extraordinários são aqueles que se destinam ao reforço de dotação orçamentária específica.
- (E) os créditos suplementares têm vigência adstrita ao exercício financeiro em que foram abertos.



64. O controle externo das contas públicas que tem como objetivo verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento é efetuado previamente, antes de sua aprovação,
- (A) pelo Ministério Público Federal ou Estadual, órgão subordinado ao Poder Judiciário.
- (B) pela Advocacia Geral da União, órgão subordinado ao Poder Executivo.
- (C) pelo Ministério Público Federal ou Estadual, órgão subordinado ao Poder Legislativo.
- (D) pelo Tribunal de Contas ou equivalente, órgão subordinado ao Poder Legislativo.
- (E) pela Secretaria de Controle Interno do ente público.
-
65. Segundo a Lei da Responsabilidade Fiscal:
- (A) A despesa total de pessoal dos Estados e Municípios, em cada período de apuração, não pode ultrapassar 40% de suas respectivas receitas líquidas, sob pena de limitação de empenho.
- (B) Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo, que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior ao do mandato do chefe do Poder Executivo.
- (C) A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.
- (D) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um ano, deverá ser a ele reconduzida até o término dos dois subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 50% (cinquenta por cento) no primeiro.
- (E) Integrará o projeto de lei orçamentária o Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
-
66. O auditor externo da empresa Ametista S.A. ao avaliar o valor dos estoques registrados nas demonstrações contábeis e o valor dos custos dos produtos vendidos, constatou que estavam sendo consideradas perdas por avaria e quebra de 10%. Ao verificar o processo produtivo e os estoques físicos não pode identificar os motivos que estavam gerando o registro. O procedimento de auditoria que poderia colaborar na confirmação dos saldos e quantidades seria
- (A) inventário.
- (B) segregação.
- (C) inspeção.
- (D) amostragem.
- (E) circularização.
-
67. Com relação à pessoa do auditor contábil externo, pode-se afirmar que:
- I. Deve ter formação em Contabilidade ou Administração e estar regularmente registrado nos órgãos fiscalizadores da profissão.
- II. Quando possuir parentes até terceiro grau, que ocupem cargo em empresa-cliente auditada, ficará impedido de atuar na empresa como auditor.
- III. O procedimento de segregação de funções permite que o processo seja desmembrado e realizado por mais de uma pessoa, mitigando o risco de ocorrência de fraudes ou erros.
- É correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
- (B) II.
- (C) I.
- (D) III.
- (E) I e II.
-
68. O auditor externo que estava realizando o processo de auditoria na empresa Erfra S.A., constatou um desvio no processo de pagamento de funcionários. Funcionários demitidos continuavam na folha de pagamentos com contas bancárias de outras pessoas, para as quais eram efetuados os créditos. Neste caso, deve o auditor
- (A) relatar em seus papéis de trabalho, informando a administração no encerramento do processo de auditoria e dependendo da relevância do desvio emitir parecer com ressalva ou adverso.
- (B) suspender os trabalhos por tratar-se de ponto de auditoria que limita a conclusão dos trabalhos, impedindo que o auditor externo possa emitir parecer ou opinião.
- (C) comunicar a administração da entidade e sugerir medidas corretivas, informando sobre os possíveis efeitos no seu parecer, caso elas não sejam adotadas.
- (D) informar os responsáveis pela área para avaliação e verificação do processo, de forma a identificar os responsáveis pelo desvio, que deverão constar dos papéis de trabalho, sendo providenciado os procedimentos legais.
- (E) encerrar os trabalhos, emitindo parecer com abstenção de opinião fundamentada no desvio, incluindo parágrafo no parecer identificando os desvios e o montante estimado.
-
69. No processo de revisão da conta de Despesas Antecipadas, relativa as demonstrações contábeis de dezembro de 2008, o auditor percebeu que uma apólice de seguro, contratada com vigência para 01 de julho de 2008 a 01 de julho de 2009, com pagamento a vista não tinha sido apropriada. Dessa forma, pode-se afirmar que a conta de
- (A) Seguros a Pagar está superavaliada.
- (B) Despesa de Seguros está superavaliada.
- (C) Despesa Antecipada está subavaliada.
- (D) Despesa de Seguros está subavaliada.
- (E) Seguros a Pagar está subavaliada.
-
70. No processo de realização dos trabalhos de auditoria, o auditor externo constatou que a empresa estava com o Patrimônio Líquido Negativo, perda do principal fornecedor durante o ano e incapacidade de obtenção de financiamentos para o negócio. Pode-se afirmar que esses indicadores de continuidade são, respectivamente, classificados com indicadores:
- (A) financeiro, financeiro e financeiro.
- (B) financeiro, operacional e financeiro.
- (C) financeiro, operacional e operacional.
- (D) operacional, financeiro e operacional.
- (E) operacional, operacional e operacional.